



O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO P.C.P.

POR UMA MELHOR VIGILÂNCIA E CONTROLE DENTRO DO PARTIDO

por RAMIRO

Numa carta escrita à Direcção do Partido, poucos dias antes de morrer assassinado numa cela da Penitenciária de Lisboa, o camarada Militão Ribeiro afirmava: «tenho confiança que saberei vencer todos os obstáculos e levar o povo à vitória, mantendo uma disciplina e controle severos de uns sobre os outros, em trabalho colectivo, como vinhamos fazendo e aperfeiçoando».

Nestas poucas linhas o nosso querido Militão Ribeiro apontou-nos as bases fundamentais em que tem de assentar todo o trabalho interno do Partido para que este possa, de facto, cumprir com êxito a sua missão histórica junto do povo português, pois, como nos ensinou Lênine, «o proletariado não tem outra arma na sua luta pelo poder que não seja a organização».

O nosso camarada Álvaro Cunhal, sempre tão carinhoso e compreensivo no trato com os quadros, foi um exemplo para todos nós de vigilância e controle severos em relação aos militantes com quem estava em contacto, por isso mesmo ele foi, e é, um grande forjador e educador de quadros.

Sem vigilância e controle muito atentos, sem trabalho colectivo em todos os seus organismos, o Partido deixaria amolecer os seus quadros, consentiria que eles se deseducassem num trabalho individual e indisciplinado, degeneraria como organização revolucionária e abriria deste forma as suas portas à acção dos aventureiros e provocadores, seria facilmente aniquilado pela policia fascista e perderia assim as suas características fundamentais de Partido político de um novo tipo, de partido proletário e Leninista.

Como nos ensinou Lênine, o Partido não pode dirigir praticamente a luta da classe operária e orientá-la para um único objectivo, senão com a condição de todos os seus membros estarem ORGANIZADOS num único destacamento comum, cimentados pela unidade de vontade, pela unidade de acção, pela unidade de disciplina.

Afrouxando a sua disciplina interna e o controle Leninista de uns sobre os outros, o Partido deixaria de ser a fortaleza da classe operária, ficaria incapaz de cumprir vitoriosamente perante a classe operária e as massas laboriosas do País o seu papel de destacamento organizado e de vanguarda dessa classe, não estaria em condições de ajudar o povo português a conquistar a sua libertação.

O LIBERALISMO QUEBRA O ESPÍRITO DA VIGILÂNCIA E DO CONTROLE

A verdade manda que se diga que há ainda no nosso Partido, e em todos os seus escalões, um liberalismo pequeno-burguês perante a vigilância e controle colectivo de uns sobre os outros, assim como a fuga ao trabalho colectivo.

O Comité Central do Partido chegou já à conclusão de que, na raíz do secretismo que se manifestou na orientação dos últimos anos do Partido e na sua acção bastante desligada das massas, havia um fundo oportunista que importava pôr a nã e combater com toda a energia. Esse mesmo fundo oportunista aparece na fuga à crítica (sobretudo à crítica de baixo para cima) e a

auto-crítica dos erros cometidos que, ou não se fazia, ou era esbaldada de tal forma, que perdia toda a sua função educativa perante o Partido.

É o liberalismo de fundo oportunista, que fez com que muitos camaradas fujam sistematicamente «a fazerem ondas», a agitar certos problemas nas reuniões do Partido e caíem certas opiniões e críticas. É esse mesmo liberalismo que fez com que muitos outros camaradas deixem passar certas faltas conspirativas, inconfidências e outras atitudes menos justas de certos militantes, para não formularem críticas, para não travarem discussões, ESQUECENDO QUE DESTA FORMA ESTÃO A CONTRIBUIR PARA ENFRAQUECER A DEFESA DO PARTIDO E A DESEDCAR OS QUADROS QUE COMETEM ESSAS FALTAS.

Na medida em que qualquer militante do Partido cala certas críticas, toma posições liberais em relação a erros e faltas que verifica no trabalho dos outros camaradas, esse militante, sem disso se aperceber, está a fomentar dentro dos organismos partidários o espírito de compadrio, pois abre assim o caminho para que os outros procedam de igual forma para com ele, está a amolecer a vigilância e o controle de uns sobre os outros, ESTÁ A DESARMAR O SEU PARTIDO E A ENFRAQUECER-LO ORGANICA E POLITICAMENTE!

O receio que alguns camaradas manifestam de serem tomados pelos outros militantes como críticos rígidos, como pessoas pouco «amigos do seu amigo», tem arrastado esses camaradas para posições de compadrio e tem feito assim prevalecer o liberalismo pequeno-burguês no emprego da crítica e da auto-crítica, tem afrouxado a vigilância revolucionária nos organismos a que esses camaradas pertencem e tem deseducado os quadros. NA RAIZ DE ALGUNS DESASTRES GRAVES QUE O NOSSO PARTIDO SOFREU NOS ÚLTIMOS ANOS ESTÁ ESSE ESPÍRITO DE COMPADRIO, ESSA FALTA DE VIGILÂNCIA E CONTROLE COLECTIVO DE UNS SOBRE OS OUTROS.

O liberalismo que nos manda calar as críticas aquilo que nos parece errado nas acções ou palavras dos nossos camaradas; o liberalismo que considera como falta de espírito fraterno e de boa convivência entre camaradas, toda o qualquer crítica mais severa; o liberalismo que consente que alguns camaradas fujam a ir até ao fundo na análise auto-crítica dos seus próprios erros, é o principal responsável de muitos actos de indisciplina verificados nos últimos anos dentro do nosso Partido. Qualquer afrouxamento da disciplina Leninista dentro dos organismos do Partido significa a decomposição desses organismos e abre as suas portas aos aventureiros e provocadores — pois confunde a acção destes com a das pessoas honradas — ao mesmo tempo que abre as portas do Partido às investidas da policia, pois que as regras conspirativas, FRUTO DA DURA EXPERIÊNCIA DE 27 ANOS DE LUTA ILEGAL, passem a não ser respeitadas nem cumpridas.

MAIS DEMOCRACIA INTERNA, MAIS CRÍTICA E AUTO-CRÍTICA!

A fuga ao debate de ideias dentro do Partido, o receio

de criticar e de ser criticado, revelam que dentro de muitos organismos do nosso Partido não existe democracia interna, que impera aí uma disciplina falsa, que os seus membros tomaram uma atitude liberal em relação à defesa dos seus próprios pontos de vista, que renunciaram à luta interna em defesa daquilo que eles julgam ser mais justo ou ao combate decidido aquilo que eles julgam que está errada na vida e acção política do seu Partido. Naturalmente que para esta situação anormal contribuiu poderosamente o dogmatismo sectário que a Direcção do Partido imprimiu ao trabalho de direcção e controle nos últimos anos — mas não somente isso — como também a fuga ao trabalho colectivo, o termos consentido que muitos organismos de base deixassem de reunir regularmente (em nome dum falso conceito de defesa conspirativa!) e que outros tenham até deixado completamente de existir. A fuga às reuniões de quadros, a aceitação fácil de todos os obstáculos que as dificultam, são também mais uma prova da falta de trabalho colectivo, da fuga ao trabalho colectivo.

O liberalismo deixou que o nosso próprio Comité Central afrouxasse a sua defesa dos métodos colectivos de trabalho em todo o Partido e tivesse tomado posições liberais perante certas manifestações claras de individualismo, de centralismo excessivo e de auto-suficiência de alguns quadros e organismos. O facto de termos consentido que certos controladores falem mais do que ouvem e não deixem praticamente falar os camaradas controlados (por não lhes deixarem tempo para isso...), de não procurarem conhecer as opiniões dos camaradas da base, subestimarem a sua importância e não fazerem um balanço sério dessas opiniões para orientação da Direcção do Partido; o facto de terem sido repelidas por certos controladores as críticas justas de alguns camaradas da base e nós não termos tomado as medidas que se impunham para esclarecer amplamente esses camaradas da justeza das suas críticas; o facto de não acompanharmos com mais carinho e de não estudarmos a fundo o trabalho de controle que se fazia na base do Partido, de termos subestimado a educação e formação dos quadros controladores, acompanhando junto de base o seu trabalho, são factores que evidenciam claramente que houve por parte do nosso próprio C.C. uma subestimação do trabalho colectivo, e uma fuga a esse estilo de trabalho de cima a baixo, em todo o Partido.

EXEMPLOS DE LIBERALISMO QUE É PRECISO COMBATER

O facto de haver no nosso Partido camaradas que guardam para si as conclusões que vão tirando dos repetidos deslizes conspirativos de outros camaradas, e que os não alertam quanto ao significado desses deslizes, revela muito liberalismo na defesa conspirativa do Partido, excessiva confiança em si e uma preocupação pouco sã de conhecer aspectos da vida do Partido que não interessem às tarefas partidárias de tais camaradas.

Sob o pretexto de que estão a conversar com quadros provados perante o inimigo e, portanto, camaradas de toda a confiança, há dirigentes do nosso Partido que dão a conhecer a esses quadros aspectos bastante conspirativos do trabalho do Partido. Procedendo desta forma, esses camaradas infringem um princípio básico estabelecido desde há muito pelo nosso Partido: *que cada camarada só deve conhecer da vida interna do Partido aquilo que é necessário à realização das suas tarefas partidárias*, ao mesmo tempo que divulgam segredos do Partido e fazem um péssimo trabalho educativo, pois fomentam desta forma junto dos outros quadros processos idênticos de trabalho, generalizam a inconfiança.

Há camaradas, mesmo responsáveis, que não estão atentos às palavras e acções de outros militantes do Partido e a quem, por isso mesmo, passam despercebidas certas faltas e deslizes conspirati-

vos desses militantes. Tal posição revela manifestos liberalismo, afrouxamento da vigilância revolucionária de uns em relação aos outros, abre o caminho ao compadrio, não é por isso mesmo educativa para esses quadros, nem tão pouco prestigia os camaradas que dão mostras desse liberalismo.

O liberalismo, a falta de vigilância no controle, faz com que certos camaradas controladores relem factos estranhos, *por vezes bastante suspeitos*, sem sentirem a necessidade de procurarem imediatamente aprofundar as origens desses factos, como se processaram, ou — o que é bem pior! — que nem sequer tenham notado a própria estranheza desses mesmos factos e só se apercebam dela quando lhes é chamada a atenção a tal respeito. Se é certo que, por vezes, tal atitude dos nossos camaradas pode significar falta de experiência, na maioria dos casos, porém, revela é um trabalho ligeiro e pouco atento, muito liberalismo e pouca vigilância revolucionária.

Há camaradas que, por terem sido « velhos amigos » de elementos que tiveram de ser depois expulsos do Partido por motivos graves, não querem atender à razão do Partido e servir os interesses do Partido, e por isso continuam teimosamente a considerar esses elementos como pessoas honestas e a darem-se com eles.

Se é verdade que para tais atitudes de indisciplina e incompreensões graves muito tem contribuído, em certos casos, a falta de esclarecimento desses camaradas e o seu baixo nível ideológico, também não é menos verdade que tais atitudes revelam, na maioria dos casos, um liberalismo declaradamente oportunista, uma transigência perigosíssima perante inimigos declarados ou encobertos do Partido, que temos de saber combater.

MAIS VIGILÂNCIA E CONTROLE COLECTIVOS!

A experiência do nosso Partido poderia fornecer-nos muitos outros aspectos de liberalismo, de falta de vigilância e controle de uns sobre os outros no seio do Partido. De todos eles uma lição temos a tirar: que os interesses do nosso Partido, da classe operária e do povo português exigem que façamos tudo o que estiver nas nossas possibilidades e nas nossas forças para o fortalecimento do Partido, para educarmos os seus quadros dentro dos sólidos e provados métodos leninistas de trabalho, *os quais exigem de nós todos uma luta tenaz e persistente contra o liberalismo oportunista*.

Nós, comunistas, temos de trabalhar todos para aguçar cada vez mais e fortalecer a vigilância e controle colectivos de uns sobre os outros, não podemos esquecer um só momento que é esta a condição fundamental para fazermos do nosso Partido um Partido forte e invencível.

Porém, para que o controle de uns sobre os outros (de cima para baixo e de baixo para cima) seja verdadeiramente útil e construtivo, *tem de ser feito colectivamente, dentro dos organismos do Partido e não fora deles*. Cabe aos camaradas responsáveis criar as condições favoráveis para que nos seus organismos os camaradas se sintam à vontade para entrarem neste caminho e formularem abertamente as suas opiniões. Vigilância e controle leninistas têm de ser feitos numa base colectiva, dentro dos princípios de trabalho colectivo do Partido; de outra forma, poderíamos transformar essa vigilância e controle em factores de desagregação, em motivos de intrigas e de fraccionismo. *Dentro do Partido as críticas que valem e são ouvidas, as auto-críticas que contam e educam, são aquelas que se fazem colectivamente ou perante o colectivo*. A crítica e a auto-crítica em conversa à parte com camaradas responsáveis, fora dos organismos do Partido, são uma derivante do liberalismo pequeno-burguês, que temos de saber combater, por serem estranhas em tudo ao Partido da classe operária.

PROBLEMAS DE ORGANIZAÇÃO

Comecemos a colher os resultados de uma melhor aplicação do princípio leninista de direcção colectiva nas organizações do Partido, tal como recomendou a VI.ª Reunião Ampliada do Comité Central.

Organismos fechados sobre si próprios começam a dar os primeiros passos no sentido da aplicação da direcção colectiva. Como resultado desta justa orientação, começam a constituir-se organismos, vencendo as dificuldades que até agora impediam a sua constituição.

A redacção de «O MILITANTE» recebeu 2 car-

tas de camaradas, trazendo ao Partido os resultados da sua experiência. Isto é uma iniciativa positiva que, a ser seguida, muito ajudará a melhorar o conteúdo da nossa imprensa e a vencer as deficiências do nosso trabalho. A redacção de «O MILITANTE» publicará aquelas que considerer do interesse para o Partido e que possibilitarem um salutar debate de ideias nas nossas fileiras. Pedem-se aos camaradas que, ao enviarem as suas críticas e opiniões, as assinem com um pseudónimo, a fim de facilitar esse debate.

SÓ A LUTA DE TODOS OS MILITANTES ESMAGARÁ O SECTARISMO NO PARTIDO

Sou responsável de uma célula do nosso Partido onde nos últimos tempos fizemos várias discussões sobre o sectarismo. Estas discussões serviram para nos abrir os olhos para a triste situação a que chegou o trabalho do Partido neste sector. Só agora vemos bem a gravidade dos erros em que caímos nos últimos anos: a pouco e pouco fomos nos encerrando em nós mesmos, enraquecendo, perdendo influência. Não é exagero dizer que houve uma autêntica debandada de elementos e hoje temos menos de metade dos militantes e simpatizantes que tínhamos há 6 anos. A não ser a nossa célula e uma outra, não há organismo nenhum a reunir os simpatizantes estão dispersos e, na maior parte dos casos, não realizam tarefas. Mas o pior é que não estamos a dirigir quaisquer movimentações de massas. As vezes, discutimos lutas e tomávamos resoluções, mas essas resoluções ou não eram cumpridas ou nem sequer eram controladas. Não existe aqui nenhuma comissão de Paz. Não estamos a aproveitar quase nenhuma organização legal, apesar de todos os camaradas concordarem que «há possibilidades».

Há um ano houve aqui uma importante luta sindical em que nos empenhámos com algum sucesso, mas quando surgiram dificuldades e as massas se desorientaram, não fomos capazes de tomar a direcção da luta e levá-la por diante. Assim, a luta está hoje morta apesar dos camaradas também concordarem que «há possibilidades de fazer qualquer coisa».

Os debates acerca da VI.ª Reunião Ampliada do C.C. do nosso Partido criaram grande interesse e entusiasmo nos camaradas da célula. Apareceram imensas críticas aos erros passados, fizeram-se sugestões, apresentaram-se dúvidas e discordâncias: quer dizer, fizemos um debate

animado e todos nós ganhámos com isso. Este ambiente democrático, que nem sempre existia na nossa célula, faz-nos sair da rotina e dá um novo entusiasmo aos camaradas.

Depois dos debates, pusemo-nos ao trabalho: estamos a preparar uma reunião ampliada de militantes para discutir as tarefas do nosso sector, tomámos medidas para serem criadas duas novas células numa classe importante que tem estado desprezada, discutimos a organização de lutas de massas. Mas esta viragem do trabalho não é fácil e já temos experiência disso: na penúltima reunião resolvemos pegar de novo numa luta reivindicativa que estava abandonada e que é aqui muito sentida por milhares de pessoas de todas as classes. Contudo, quem fomos nós convidar para lançar esta luta? A não ser um, todos os outros eram militantes ou simpatizantes do Partido! Quer dizer, estávamos a fechar a luta já de princípio, a cair no velho sectarismo. Para nossa vergonha, quem nos abriu os olhos foi um simpatizante que, quando o foram convidar, disse logo: «isto só com comunistas é o mesmo de sempre: não dá nada». Assim vemos como as tendências sectárias estão enraizadas dentro de nós todos e não as vencemos à primeira.

As directivas da VI.ª Reunião Ampliada representam uma grande ajuda para o avanço do nosso Partido. Mas elas não aperecerão realizadas por si. É preciso que cada um de nós, cada militante do Partido, tenha como dever de honra trabalhar com afinco no seu sector para lançar acções de unidade, para alargar a organização do Partido. Só assim veremos formar-se a Frente Nacional Anti-Salazarista, só assim o nosso povo encontrará forças para varrer o regime odiado de Salazar.

O TRABALHO COLECTIVO DESPERTA OS QUADROS

por ISIDRO

O sector viveu muito tempo na base de reuniões individuais, com ausência de discussão e de debate de ideias, sem organismo dirigente e sem o estudo colectivo das aspirações das massas do sector, sem estudo colectivo da nossa imprensa e dos nossos mestres, sendo apenas os seus militantes, de quando em vez, abordados para o pagamento da cotização.

Tal era o quadro pouco animador em que o nosso trabalho vivia. Os quadros «envelheciam» e recuavam, não realizavam as tarefas nem tinham perspectivas no trabalho. A certa altura encaramos a constituição de organismos e apareceu como solução: «formam-se os organismos com este e mais aquele camarada; os camaradas A, B e C dirigem; etc.» Mas isto foi feito por cima, sem a discussão do problema de organização. E, por isso, continuou a haver dificuldades para realizar reuniões, muito desinteresse em compartilhar nelas e algum fadismo também.

Isto, porque organizar de cima para baixo não resolve as dificuldades criadas, durante muitos anos, nesse estilo de trabalho individualista e rotineiro. Um

organismo marcou durante um ano reuniões para tratar da cotização — e não conseguiu resolver o problema.

Depois da VI.ª Reunião Ampliada, fizeram-se neste sector reuniões de quadros para tratar dos problemas mais sérios pela classe e os camaradas foram ali chamados a pronunciarem-se sobre os problemas vivos da classe. Imediatamente surgiram disposições que estavam adormecidas e logo foi eleito o organismo dirigente. Houve empatia na eleição para um dos camaradas e aqueles em que tal sucedeu verificaram vantagem, uma vez que fossem chamados, de desempenharem com decisão a tarefa.

As perspectivas já se abrem, a luta recomeça com algum vigor (com trabalho colectivo) e os tais camaradas com muitos anos de filiação são afinal jovens e com possibilidades: a prova lo estão as reuniões de unidade que promovem na sua classe, o trabalho sindical e através dele a ligação com a massa da sua classe. Em resultado desta acção está em curso uma

ação de massas muito importante.

Os quadros não estão velhos. — Velhos são, por vezes, os nossos processos de trabalho e de organização!

Seguir a orientação estabelecida na VI.^a Reunião

Ampliada em matéria de organização é o caminho seguro para nos formarmos como quadros, para fortalecer o nosso Partido e para assegurar uma estreita ligação com as massas. Esta é a experiência do nosso trabalho!

PELA UNIDADE DA JUVENTUDE PORTUGUESA

Resumo da intervenção à IV.^a Reunião Ampliada do C.C. do P.C.P., em Dezembro de 1942

por MELO

O salazarismo, tal como a reacção mundial, procura atrair as massas da juventude para as utilizar como carne de canhão na guerra de agressão e rapina que preparam e como fonte de mão de obra barata.

A nossa juventude não conhece o Sol da Liberdade. Há já 26 longos anos que está sujeita à maior miséria, repressão e obscurantismo. O salazarismo constitui para a juventude o seu maior inimigo. Nem um só dos problemas fundamentais da juventude e em particular da juventude operária e camponesa foram equacionados e muito menos resolvidos. O desemprego, salários de miséria, ausência de uma verdadeira aprendizagem, o mais feroz obscurantismo, a repressão mais desenfreada contra a juventude que luta pelos seus mais queridos anseios e aspirações, e agora a ameaça de ser utilizada como carne de canhão às ordens dos imperialistas norte-americanos, tal tem sido, em síntese, a política salazarista para com a nossa juventude. O fascismo tem sujeitado a nossa juventude à mais terrível exploração e miséria. Nas colónias, os jovens negros e mestiços são forçados a um trabalho escravagista. O salazarismo tudo tem feito para incutir nos jovens o ódio à Democracia e à União Soviética, como forma de preparação para a guerra. O culto da obediência cega e o servilismo para com os «chefes» é fomentado da forma mais abjecta. A corrupção, a desonra e a delação, inspiradas no «tipo de vida americano», são fomentadas como uma instituição nacional. Todas as qualidades que definem e caracterizam a juventude, a sua lealdade, patriotismo e alegria, a ânsia de aprender e cultivar-se, o seu espírito crítico e criador, a sua audácia e dinamismo, o gosto pelo belo e pelo novo, tudo isso tem o salazarismo procurado aniquilar na nossa juventude.

As decisões do II.^o Congresso do nosso Partido sobre o movimento juvenil, no essencial, foram cumpridas. A juventude portuguesa nunca participou de forma tão activa e organizada nas lutas do nosso povo como a partir de 1946, isto é, após a criação do MUD Juvenil. Somente um ano após a realização do II.^o Congresso, o nosso camarada Alvaro Cunhal pôde afirmar no seu informe à reunião do C.C., Junho de 1947: «O MUDJ constitui pelo que é e pelas perspectivas imediatas que se lhe oferecem, o mais importante movimento de massas juvenil jamais existente no nosso país».

O MUD Juvenil surgiu e consolidou-se em consequência de uma mais larga mobilização das massas juvenis. Da mesma forma que se multiplicavam as mais variadas acções de massas juvenis, assim eram multiplicadas as comissões legais do MUD Juvenil, que se tornou um potente movimento unificado, independente e com completa autonomia, da juventude progressista portuguesa. Na correlação das forças nacionais anti-fascistas já não pode por ninguém ser ignorada a decisiva importância do movimento da juventude, a importância do MUD Juvenil, que caminha firmemente nas primeiras filas da luta contra a camarilha salazarista.

Entretanto, camaradas, todos estes aspectos positivos não nos devem levar a subestimar as muitas deficiências e debilidades do movimento da juventude. Até agora, o MUD Juvenil ainda não conseguiu mobilizar e atrair as suas fileiras as largas massas de jovens politicamente indiferentes. O MUDJ ainda não possui um vasto e sólido apoio de massas na juventude operária e camponesa. É débil o aproveitamento das organizações legais de massas existentes, em muitas das quais não

exerce qualquer influência. O MUDJ tem sido, em grande parte, absorvido pela acção política, e ainda não tem uma orientação perfeitamente definida perante as massas juvenis, tanto no que se refere aos seus objectivos de luta como no que respeita aos processos de organização e acção.

A nossa tarefa actual reside em ajudarmos o MUDJ a alargar a sua base de massas e a criar todas as condições indispensáveis para que possa «assegurar a unificação da actividade juvenil em todas as organizações legais de massas», conforme resolveu o II.^o Congresso Ilegal do Partido.

O MUDJ é ainda hoje um Movimento que agrupa, no essencial, somente os jovens dispostos a participar na luta política, os jovens de tendências políticas mais ou menos definidas. É evidente que estes jovens decididos à luta política constituem uma minoria, num país como o nosso, onde impera um regime fascista ao longo de toda uma geração, onde todas as actividades progressivas são salvaticamente reprimidas. No informe ao II.^o Congresso Ilegal do Partido, o antigo dirigente juvenil e grande amigo da juventude, o nosso camarada Duarte, sublinhava justamente que «a nossa grande tarefa é unir, reconciliar e mobilizar a juventude para a luta contra o fascismo. E para mobilizar a juventude na luta contra o fascismo é necessário mobilizá-la na luta pelos seus interesses fundamentais e imediatos. As lutas reivindicativas da juventude (pelos seus interesses económicos, culturais, políticos, etc.) são a forma imediata da união e mobilização da juventude contra o fascismo. Em muitas dessas lutas poderão participar jovens ainda hoje influenciados pelo fascismo. Mas essa participação não modifica o carácter anti-fascista dessas lutas. Elas são OBJECTIVAMENTE anti-fascistas, devendo os que educam esses jovens esclarecer a sua consciência política, atraí-los ao campo da democracia».

Este é, na realidade, o caminho justo para que o MUDJ alargue a sua base de massas e estenda a sua influência às mais largas camadas da juventude. As grandes massas da juventude não virão à luta se lhes colocarmos consignas políticas. É NA BASE DAS REIVINDICAÇÕES E ASPIRAÇÕES MAIS IMEDIATAS E COMUNS A TODOS OS JOVENS QUE SERÁ POSSÍVEL «UNIR, RECONCILIAR E MOBILIZAR A JUVENTUDE». Serão as pequenas e as grandes lutas reivindicativas (a luta pelo pão, por um ofício, por melhores salários, pela instrução e a cultura, aliadas à luta pela Paz) a base e a grande forja da unidade juvenil e que permitirão ao MUDJ atrair as suas fileiras as mais amplas massas da juventude. E serão ainda estas lutas que darão consciência política à juventude, que mostrarão a todos os jovens, pela experiência da própria luta, que não basta lutar por melhores salários, por um ofício, pela cultura, mas que é necessário aliar a essas lutas, a luta contra o fascismo, a luta pela liberdade e pela democracia.

A luta pela paz pode possibilitar uma ampla unidade juvenil. Contudo, na luta pela paz, tal como acontece a outras lutas, o MUDJ imprime um cunho demasiado político e pouco juvenil, do que resulta fechar e não abrir, reduzir em vez de alargar as vastas possibilidades de unidade de jovens de todas as camadas, de todas as

convicções e correntes políticas ou religiosas. Estas e outras concepções, que são fruto das demasiadas preocupações pela actividade exclusivamente política, não servem para atrair as vastas massas juvenis, mas, antes pelo contrário, afastam da luta concreta e objectiva, e constituem o mais sério obstáculo à unidade e organização da juventude.

O SECTARISMO, OBSTÁCULO A UMA LARGA UNIDADE JUVENIL

A juventude não constitui uma classe. No entanto, todos os jovens possuem uma dupla característica. Por um lado, os jovens pertencem a diversas classes e como tal os seus problemas são diferentes, como diferentes são as suas origens sociais. Mas, por outro lado, todos eles são jovens e como jovens possuem reivindicações e aspirações comuns a toda a juventude, independentemente dos grupos sociais a que pertencem. Os jovens operários têm reivindicações diferentes das dos jovens camponeses ou estudantes, porém, todas as reivindicações e aspirações destes três grupos sociais não são antagónicas, antes pelo contrário, completam-se. O problema do ofício e do trabalho assegurado, o problema dos salários, o acesso à instrução, à cultura e ao desporto, o direito ao lar — os anseios de Paz, de Liberdade e Democracia, são comuns tanto ao jovem operário como ao jovem camponês, empregado ou estudante, comuns ao rapaz e à rapariga, independentemente das camadas sociais a que pertencem, independentemente das convicções políticas ou religiosas que possam perfiar. E, se assim é, compreende-se que a unidade, a reconciliação e a mobilização da juventude na base das suas reivindicações e aspirações comuns a todos os jovens, é possível e corresponde à tarefa mais grandiosa do MUDJ Juvenil.

Porém, camaradas, as acções e posições sectárias de muitos aderentes do MUDJ são mais tendentes a dividir do que a unir. Por vezes existe uma verdadeira barreira de gelo entre os jovens que são do MUDJ e os jovens que não pertencem ao Movimento. Esta barreira de gelo é conjuntamente fomentada pelo fascismo e é também facilitada a sua existência pelas posições sectárias de muitos jovens democratas, pelo seu espírito de intolerância perante os jovens menos esclarecidos, menos decididos ou ainda influenciados pelo fascismo. É certo que o fascismo não conseguiu atrair a si as massas da juventude, como confessam os próprios dirigentes fascistas que até já falam em acabar com a obrigatoriedade de pertencer à Mocidade Portuguesa. Este facto não nos deve levar a subestimar a grande influência que o fascismo ainda exerce em milhares de jovens, através da M.P., das juventudes católicas e escultistas. Por outro lado, toda a política de mistificação, de servilismo e educação fascista fomentada a toda uma geração, tem exercido a sua grande e nefasta influência no espírito e na formação de milhares e milhares de jovens. Esta realidade deve ser bem compreendida por todos os jovens, pois sómente em tais circunstâncias compreenderão a necessidade imperiosa de promover um intenso e sistemático trabalho para unir e reconciliar toda a juventude portuguesa.

É certo que no nosso país não se coloca a tarefa de unir e fundir o movimento juvenil numa só organização, pois que organizações juvenis democráticas e independentes só existe uma, o MUDJ Juvenil. Contudo, e não tanto pela actividade que realizem, mas mais pela influência que exercem, as juventudes católicas e da M.P., são organizações de tipo juvenil que agrupam milhares de jovens, umas dirigidas pela Acção Católica subordinada ao Vaticano, e a outra dirigida pelo fascismo.

Para muitos jovens democratas, a unidade com esses jovens só é possível na base da luta política e por isso falam no estabelecimento de «plataformas de unidade», o que significa colocar frente a frente, como adversários com interesses opostos, dum lado os aderentes do MUDJ e, do outro lado, os jovens da M.P. e juventudes católicas. Esses jovens democratas ainda não compreenderam que não é incompatível um jovem ser aderente do MUDJ e simultaneamente pertencer à M.P. ou Juventudes Católicas. Ainda não compreenderam que o caminho que conduz à unidade e reconciliação não é o estabelecimento de «plataformas», mas sim as acções concretas na base dos interesses comuns e im-

diais a todos esses jovens, quer na fábrica ou no campo, quer na escola ou localidade.

A unidade com os jovens das juventudes católicas, da M.P., escultistas, etc., é possível e corresponde a uma necessidade imperiosa na conquista duma vida melhor, mais alegre e feliz para toda a juventude. Essa unidade deve ser forjada pela base, nos locais de trabalho, de estudo e recreio através de lutas e acções concretas. Essa unidade é possível atraíndo-se esses jovens à luta e propondo-se aberta e lesalmente acções comuns e, entre outras, na luta pela paz e contra os perigos duma nova guerra, na luta contra o desemprego, em acções amplas e massivas na luta contra o analfabetismo. Será nesta base de acções e lutas concretas que a unidade se forjará e que os jovens do MUDJ provarão que são os principais defensores dos interesses juvenis, que constituem a vanguarda da juventude e que, simultaneamente, poderão prover aos jovens católicos e da M.P. que os seus dirigentes são inimigos da unidade e da juventude. Mas, para isso, é preciso extirpar dos jovens democratas todo o sectarismo e erguer bem alto a bandeira da unidade, da tolerância e da reconciliação. Para isso, é indispensável que compreendam que a unidade não é somente necessária mas que é também possível.

MOBILIZAÇÃO

DA JUVENTUDE TRABALHADORA

O MUDJ só poderá tornar-se um amplo movimento de massas da juventude portuguesa se conseguir alargar a sua influência no seio da juventude trabalhadora. É a verdade, camaradas, essa influência é ainda débil e isso porque o MUDJ não colocou ainda no centro da sua actividade a organização e mobilização dos jovens operários, camponeses e empregados. Se a esmagadora maioria da juventude trabalhadora ainda não veio ao MUDJ é porque o MUDJ ainda não foi até ela, porque a não tem unido e dirigido em lutas pela defesa dos seus interesses imediatos.

O MUDJ ainda não encontrou as vias mais justas para mobilizar e organizar da forma mais ampla as massas da juventude trabalhadora. Existe maior preocupação no recrutamento dos jovens trabalhadores do que na mobilização desses mesmos jovens. É isto, porque ainda não se compreendeu que a melhor via para os jovens operários e camponeses acorrerem às fileiras do MUDJ é eles verificarem pela própria experiência, que o Movimento procura uni-los, organizá-los e dirigi-los na luta pelas suas reivindicações mais imediatas.

É para os jovens assalariados, para os jovens operários e camponeses que o movimento da juventude deve atuar decididamente com o peso dos seus esforços. Esse esforço organizador e mobilizador deve incidir, no fundamental, para os locais de trabalho desses jovens, isto é, para as fábricas, empresas e barcos, para as herdades e ranchos de camponeses e aí orientá-los na luta pelas suas reivindicações mais imediatas.

Mas, para que assim seja, é indispensável que os jovens do MUDJ vão para as fábricas e empresas, para o campo, sem preocupações políticas e inclusivamente sem a preocupação imediata de atrair este ou aqueles jovens para constituírem Comissões do MUDJ, mas sim com a preocupação essencial de criar *Comissões de Unidade Juvenis* que organizem e orientem os jovens (na fábrica, na empresa e no campo), na luta pelas suas reivindicações imediatas.

INTENSIFIQUEMOS O AUXÍLIO DO PARTIDO

AO MOVIMENTO DA JUVENTUDE

Camaradas! O nosso Partido foi o grande impulsor e o único obreiro do MUDJ. O Partido pode considerar-se orgulhoso da projecção nacional e influência de massas do movimento da juventude. O facto do Comité Central do nosso Partido estar a discutir este problema revela uma compreensão crescente do Partido sobre a importância decisiva do movimento juvenil. No entanto, camaradas, a realidade é que, no seu conjunto, o nosso Partido ainda não vive o problema juvenil, e ainda não o vive porque ainda não compreendeu em toda a sua amplitude, a importância decisiva que o movimento da juventude representa na luta pela libertação do nosso povo da escravidão e opressão salazaristas.

O II.º Congresso Ilegal do nosso Partido atribuiu «ao



CC a tarefa urgente do estudo e determinação de formas orgânicas para o movimento juvenil, respeitantes em particular à associação do trabalho legal e ilegal. Decorridos seis anos, podemos concluir, que essas formas orgânicas não foram determinadas com clareza, que houve várias interpretações, variadas confusões e que, na totalidade e no essencial, não foram compreendidas e levadas à prática. Podemos afirmar que tal facto se traduziu num grave prejuízo para o desenvolvimento e consolidação do movimento da juventude.

Ao nosso Partido não se coloca, actualmente, a tarefa de rever as Resoluções do II.º Congresso Ilegal do Partido e as conclusões do Informe do camarada Duarte respeitantes ao movimento da juventude. Tais resoluções e conclusões têm sido comprovadas na prática como absolutamente justas. Porém, impõe-se, isso sim, determinar claramente as formas orgânicas no sentido de serem levadas à prática.

É perfeitamente compreensível que os jovens comunistas, da mesma forma que muitos e muitos outros jovens, desiem estar ligados e ter estreitos contactos e tarefas do nosso Partido. Esses jovens sabem que «o comunismo é a juventude do mundo» sabem que «o Partido é a forma suprema de organização de classe do proletariado» (Stáline), a força de vanguarda e o guia do nosso povo. Porém, alguns jovens não compreendiam ou não compreendem ainda que «só em organizações e movimentos legais da juventude se podem educar os jovens trabalhadores e a juventude em geral no espírito do marxismo-leninismo» (Resoluções do II.º Congresso Ilegal do Partido). Não compreendiam que para unir, mobilizar e educar a juventude é indispensável uma organização juvenil com larga independência e autonomia, com formas de organização e actuação legais. Que, para os jovens comunistas, a tarefa mais revolucionária era diluirmos e fundirmos com todos os outros jovens, deixarmos os grupinhos clandestinos e «passarem» como indica o camarada Duarte — a respirar, lançando os olhos à vida e os braços ao trabalho de massas». Esses jovens não compreendiam ou não compreendem que a sobrevivência de actividades secretárias e ilegais seria distrair os jovens das principais preocupações da actividade juvenil: a criação e desenvolvimento de organizações e movimentos legais da juventude.

Por outro lado, camaradas, o nosso Partido reconheceu «a necessidade duma justa associação do trabalho legal e ilegal» e dentro desta necessidade de criar «organismos ilegais que assegurem uma direcção comum, uma orientação justa a todos os movimentos e organizações legais da juventude», os quais «devem ser organismos do nosso Partido, de camaradas do nosso Partido, responsáveis perante o Partido pela condução da actividade juvenil» (Duarte). Da existência destes organismos dependerá, em grande parte, a continuidade, a consolidação e o desenvolvimento do movimento da juventude em muitas regiões.

A experiência indica, pois, que é justo e necessário, não somente manter os organismos que existem criados, mas também ir à criação de outros, ali onde se imponha existirem. Não se trata de criar organismos ilegais do Partido para promover o recrutamento de jovens para o Partido ou o alargamento de qualquer organização ou actividade ilegal da juventude. Não se trata tão pouco de organismos para assegurar o controle aos jovens comunistas que militam no movimento da juventude ou para realizarem tarefas ilegais. Não se trata, portanto, de organismos ilegais para a realização de tarefas ilegais.

Tais organismos ilegais devem ser constituídos por camaradas do nosso Partido que actuam em movimentos e organizações legais da juventude. É nestes organismos que os nossos camaradas receberão auxílio e a orientação do nosso Partido para a actividade que desenvolvem nesses movimentos e organizações legais da juventude. Trata-se, portanto, de organismos ilegais para desenvolver activi-

dades legais. Tais organismos devem ser constituídos somente onde o movimento da juventude, pela actividade de massas que desenvolve, impuser a sua constituição. Ali onde houver quadros firmes, combativos e destacados na luta juvenil. Esses organismos podem ser criados numa empresa (que possa representar uma força importante nessa região), num sector profissional juvenil (nos estudantes, por exemplo), num movimento juvenil (escutistas, campistas, por exemplo) numa província ou até mesmo um organismo nacional.

Por outro lado, o facto de numa localidade ou empresa não existir qualquer organismo juvenil do nosso Partido, havendo aí ou não, actividade de massas juvenil, isso não significa que essas organizações do nosso Partido se desinteressem da actividade juvenil. A tarefa que se põe a tais organizações do nosso Partido, a todas as organizações do nosso Partido, é continuarem a ajudar e a intensificar o auxílio ao movimento da juventude, o auxílio às lutas juvenis. Essa ajuda e esse auxílio devem traduzir-se, no fundamental, em atrair a juventude à luta, na mobilização e orientação da juventude na luta pela conquista das suas reivindicações e aspirações mais queridas, na luta pela Paz, pelo pão, pela cultura e contra o fascismo.

Cabe a todas as organizações do nosso Partido encarar as formas práticas para promover (um auxílio eficiente ao movimento da juventude e travar uma luta e discussões tendentes a eliminar a substituição que continua a persistir em algumas organizações a respeito da luta juvenil).

A luta massiva no terreno da legalidade será a melhor escola para a formação de jovens no espírito do marxismo-leninismo. A experiência indica que muitos jovens comunistas, que foram membros da FJCP e depois membros do nosso Partido, mas que continuaram agarrados às formas de luta e organização clandestinas e secretárias, foram ultrapassados por aqueles jovens não comunistas que se lançaram na luta legal e massiva, nas fileiras do MUDJ. Nas fileiras do MUDJ existem jovens formados e educados na luta, isto é, educados no espírito do marxismo-leninismo, e que possuem uma formação muito mais sólida do que muitos jovens que se diziam comunistas, mas que se mantinham desligados e atheados da luta de massas da juventude. É na luta que os jovens se formarão no verdadeiro espírito do marxismo-leninismo. Quanto ao recrutamento de jovens para o Partido, ele deverá ser feito, mas em função das necessidades do Partido e do movimento da juventude.

Camaradas: Cabe ao nosso Partido a importante tarefa de atrair as grandes massas da juventude para o campo da Paz e da Democracia. Cabe ao Partido educar a juventude nos elevados princípios do marxismo-leninismo, nos princípios dum elevado patriotismo e internacionalismo proletário, na fidelidade ao povo e à Pátria. Cabe ao nosso Partido a tarefa de educar e inspirar a nossa juventude nos grandes exemplos da juventude da União Soviética — no seu heroísmo, abnegação, patriotismo e amor à paz, educá-la numa indestrutível amizade pelo país do Socialismo.

Cabe ao nosso Partido educar a nossa juventude nos heróicos exemplos de heroísmo das vidas dos dois maiores amigos da juventude portuguesa, nos exemplos do saudoso Bento Gonçalves e do nosso querido camarada Alvaro Cunhal.

O nosso Partido tudo deverá fazer para dar à juventude consciência dos seus problemas, estimular o seu abnegado espírito de sacrifício, o seu poder criador, as suas iniciativas, a sua audácia.

O nosso Partido tudo deverá fazer para que a juventude possua uma ilimitada confiança nas suas forças criadoras, confiança no futuro e no futuro da nossa Pátria.

A juventude significa o futuro e «quem tem a juventude tem o futuro». Como nos ensina Stáline, «a juventude, camaradas, é o nosso futuro, nossa esperança. Ela deve levar nossa bandeira até à vitória final».

A UNIDADE COM OS CAMPESES

Do Informe Político apresentado à IV.^a Reunião Ampliada do C.C. pelo camarada GOMES

O Partido tem um papel fundamental no alargamento e no reforçamento da Unidade do povo português. Mas o Partido só poderá cumprir esta honrosa missão na medida em que souber, como ensina Lênine, «ligar-se, aproximar-se e, digamos assim, fundir-se, até um certo ponto, com as mais largas camadas de trabalhadores, em primeiro lugar com as massas proletárias, mas também com as massas de trabalhadores não proletários.» («A doença infantil do comunismo»).

Os camponeses são os mais importantes aliados do proletariado. O nosso Partido sempre defendeu a Unidade da classe operária com as camadas laboriosas do campo. Por camadas laboriosas do campo entendemos os operários agrícolas, os rendeiros, os meeiros, os caseiros, os quinteiros e os pequenos e médios proprietários agrícolas.

No I.^o Congresso ilegal do nosso Partido, o camarada Duarte definiu da seguinte forma a orientação do Partido sobre este ponto: «... são aliados do proletariado todas as camadas do campesinato cujos interesses se opõem aos dos grandes agrários, que estão interessados na abolição do regime feudal dos campos e do monopolismo na agricultura levado a cabo pelo corporativismo salazarista.»

Para compreendermos melhor a importância da Unidade com os camponeses e a importância da sua mobilização como classe para a luta, lembremos que no nosso país a população laboriosa dos campos é, em números redondos, segundo os dados estatísticos de 1940, a seguinte: — 670 mil assalariados agrícolas e 500 mil pequenos e médios agricultores. No número dos pequenos agricultores há mais de 100 mil que trabalham a maior parte do ano como assalariados porque o seu pedaço de terra é insuficiente para prover à sua sustentação.

O Partido tem dedicado a maior atenção à Unidade das classes laboriosas do campo na luta pela Paz, pelo Pão, pela Terra, pela Democracia e pela Independência Nacional e goza de confiança dessas classes, as quais têm compreendido aos seus apelos de Unidade e de luta. Lembremos aqui as poderosas greves dos camponeses assalariados em todo o Alentejo em 1944, 1945 e 1947, a greve dos azeitoneiros de Mirandela, o movimento dos rendeiros da Goucha e as lutas dos camponeses de Alpiarça; os levantamentos dos pequenos proprietários do Minho contra o corte da vinha americana; os protestos dos pequenos camponeses da região de Aveiro, Vale de Cambra, Ilha da Madeira, etc., contra os monopolistas das centrais leiteiras, os milhares de lutas dos camponeses do Minho contra o roubo do milho e a falta de géneros; os protestos dos pequenos camponeses de Poiares (Coimbra) contra os pesados impostos camarários; os protestos dos pequenos proprietários das regiões demarcadas do vinho do Porto contra o despolimento da Casa do Douro e contra a protecção aos grandes agrários vinhateiros; os levantamentos dos pequenos camponeses da região de Coimbra e em todo o Baixo e Médio Ribatejo com o objectivo da luta pelo Pão. Nenhum de nós esqueceu a Unidade de milhares de camponeses e operários do Baixo Ribatejo que em 1944 efectuaram poderosas greves e manifestações. E ainda recentemente se deu a greve dos camponeses de Pias e Vale de Vargo, aos quais se solidarizaram operários dessa região. Recordemos ainda a participação activa dos camponeses na recolha de assinaturas para o apelo de Estocolmo e para o Pacto das cinco potências; a grande agitação de Paz no Alentejo, nos Beiras e na Estremadura; a participação dos camponeses de todo o país nas jornadas da Vitória; a participação dos camponeses, particularmente os alentejanos, na luta pela candidatura do General Norton de Matos e na do professor Rui Gomes (em especial os camponeses do Bairrado) e a sua aceitação das palavras de ordem do Partido de abstenção eleitoral nas eleições para deputados e para a presidência da República.

Por este breve resumo podemos ver que os camponeses vão a pouco e pouco deixando de ser uma re-

serva da burguesia reacçãoária e do governo fascista de Salazar. Mas isto não nos deve fazer esquecer que milhares e milhares de camponeses, em várias regiões do país, não foram ainda chamados à luta. Daqui se conclui que temos de redobrar a nossa acção junto dos camponeses.

Devemos mostrar aos camponeses quem são os amigos da Paz e quem são os fomentadores de guerra e qual o papel da URSS na defesa da Paz. Por formas simples, devemos mostrar-lhes que a crise em que nos debalemos, o desemprego, as baixas jornas, o agravamento dos impostos e das contribuições, o aumento do preço dos produtos industriais, a descida dos preços dos produtos agrícolas, etc., etc., são o resultado da essência do regime e da economia de guerra salazarista e que, portanto, devemos lutar contra essa política e contra o fascismo.

O fortalecimento da unidade combativa dos camponeses só é possível orientando-os no caminho da luta pelas suas reivindicações imediatas. Nesse sentido, devemos continuar a trabalhar para que:

— Os operários agrícolas organizem Praças de Jornas onde lutem unidos por jornas compatíveis com o custo de vida, onde lutem por trabalho assegurado e pelo horário de trabalho de 8 horas.

— Os pequenos e médios agricultores, os rendeiros, seareiros, etc., lutem por empréstimos a juro baixo e a longo prazo, pela redução das rendas e dos impostos, pelo pagamento do justo preço dos produtos agrícolas, pela redução do preço dos produtos industriais (adubos, ferramentas, roupas, etc.) e assistência técnica.

— Todos os camponeses lutem por uma assistência condigna e pela construção de obras de interesse público, como electrificação, água encanada ou pelo menos chafarizes em substituição das fontes de mergulho; correio, telefone, abertura e conserto de estradas e caminhos de interesse económico e populacional, assim como meios de transporte colectivo para os centros mais importantes; construção de escolas e casas higiénicas e económicas em todas as aldeias, etc..

A forma orgânica de luta pelas reivindicações imediatas dos camponeses devem ser as Comissões de Unidade dos camponeses. Para a unidade dos camponeses assalariados tem uma importância fundamental a formação de Praças de Jorna e da Comissão de Preço, que é a Comissão de Unidade dos camponeses assalariados. É na Praça de Jornas, unidos à volta das suas Comissões de Preço, que os camponeses têm forjado a sua Unidade de acção.

Paralelamente, devemos lutar para que se formem Comissões de Paz em todas as aldeias.

Seguindo esta via, consolidaremos e alargaremos a Unidade combativa dos camponeses e da classe operária do nosso país e assim fortaleceremos a luta pela Paz, pelo Pão, pela Terra, pela Democracia e pela Independência Nacional.

Mas, a par das reivindicações imediatas das classes laboriosas do campo, há um outro problema da maior importância sobre o qual o Partido Comunista se tem pronunciado como força política nacional e pela resolução do qual lutará até à vitória. Referimo-nos à Reforma Agrária que será uma das bases do progresso político, do desenvolvimento económico do país e da justiça social.

O PROBLEMA DA REFORMA AGRÁRIA

Salazar continua a afirmar que nós somos um país pobre que tanto quanto se enxerga no futuro não pode na metrópole aspirar a mais do que à dignidade de uma vida modesta.

Para esconder a realidade, os salazaristas mantêm semracanhamento. Defendem teorias anti científicas e de desespero, como a teoria malthusiana do aumento crescente da população e da fertilidade crescente do solo, para não confessar que os latifundiários têm os campos abandonados e que os pequenos e médios camponeses

não podem, por falta de recursos, aumentar o rendimento das culturas com lavras, adubos e sementeiras adequadas. O fascismo consente nesta situação porque ela convém aos grandes agrários, assim como aos patrões americanos. Estes, sob o pretexto de que no nosso país há culturas que, como o trigo, dão pouco rendimento, enviam-nos técnicos da FAO para plantar laranjeiras no Alentejo e importarmos trigo da Califórnia.

Na sua campanha de demagogia, os salazaristas dizem maravilhas da chamada «colonização interna» que assenta em meia dúzia de casais agrícolas em terras maninhas que os camponeses têm de pagar por dezenas de contos, com a agravante de poderem ser expulsos quando os fascistas o entendam, perdendo todo o dinheiro que já pagaram!

A demagogia fascista entre os camponeses assenta igualmente nas obras de hidráulica agrícola que se traduzem no seguinte: por um lado são concedidos empréstimos a juro baixo aos grandes agrários para a irrigação de propriedades que depois arrendam aos camponeses por rendas elevadíssimas; por outro lado, nas terras irrigadas pelo Estado em zonas de pequena e média propriedade, a água é vendida a peso de ouro e o cultivo deixa de ser compensador.

Os próprios fascistas reconhecem o fracasso de toda esta demagogia. «O Século» de 24 de Novembro passado diz no seu artigo de fundo «*A colonização interna, custando muito dinheiro, talvez não se tenha mostrado pródiga nos resultados que com tanta pertinácia se aguardavam. Por seu turno, as obras de hidráulica agrícola também não dão, por ora, segundo se afirma, o rendimento apetecido*».

O salazarismo procura assegurar a continuidade do regime semi-feudal nos campos. Em Portugal, 5 ou 6 mil agrários e latifundiários têm a posse da maior parte da terra, enquanto os 670 mil camponeses assalariados não têm um pedaço de terra sua e grande parte dos pequenos e médios agricultores possuem apenas pequenos lotes de terra. Citaremos o exemplo flagrante dos concelhos de «Coruche, Chamusca e Benavente onde 40 agrários possuem 57.338 hectares, enquanto no concelho de Leiria 22.500 proprietários possuem somente 54.924 hectares.» («O latifúndio e a Reforma Agrária», do nosso camarada Ramiro). Devemos ainda acrescentar que a maior parte dos 57.338 hectares dos grandes agrários não está cultivada. É o que sucede nestes três concelhos sucede em outras regiões do País.

Para impedir o conhecimento desta situação escandalosa, o salazarismo não permite que as estatísticas digam uma única palavra sobre a divisão da propriedade.

Na sua protecção aos grandes agrários, o salazarismo cobra-lhes impostos diminutos, enquanto os pequenos e médios proprietários são sobrecarregados. Os engenheiros Vitoria Pires e Paiva Caldeira no 2.º volume do «*Inquérito Económico-Agrícola*» dizem que na freguesia de Santo Ildefonso (Elvas), «onde predomina o latifúndio, a contribuição predial rústica média por hectare é: para a grande propriedade 12\$60, para a média propriedade 20\$60, para a pequena propriedade 41\$60». Quer dizer, por hectare, o pequeno proprietário paga mais de 3 vezes aquilo que paga o grande agrário!

Esta situação, além de reflectir toda a injustiça em que assenta a política salazarista, é ainda um poderoso factor de estagnação da nossa economia. Bastará dizer que nunca as terras do nosso país produziram tão pouco como nestes últimos 50 anos.

Esta situação coloca perante o país o problema da terra em toda a sua amplitude. Só a Reforma Agrária pode resolver a angustiada situação das classes laboriosas do campo.

«**A TERRA DEVE PERTENCER ÀQUELES QUE A TRABALHAM**», é a palavra de ordem do Partido Comunista Português. A Reforma Agrária liquidará o regime de exploração feudal da terra e dará o primeiro impulso sério ao desenvolvimento da indústria, dos transportes, do comércio e da cultura nacionais. A Reforma Agrária será um dos mais fortes estímulos da Democracia no nosso país.

A Reforma Agrária que o Partido Comunista Português preconiza e defende resume-se na confiscação de gran-

de propriedade agrária e dos milhares de hectares incultos dos agrários assentistas e latifundiários e a sua entrega aos operários agrícolas que não têm um palmo de terra sua, aos rendeiros, aos meeiros, aos quinteiros e aos caseiros. Os foreiros e os pequenos e médios proprietários que não tenham terra suficiente receberão novos lotes a juntar aos que já têm.

E, assim, as enormes extensões de terra inculta ou mal amanhada que pertencem a um punhado de grandes agrários serão entregues às centenas de milhares de camponeses assalariados e pobres. A terra passará a pertencer àqueles que a trabalham.

A completar a entrega da terra aos camponeses, pensa o Partido Comunista que outras medidas devem ser tomadas, tais como a anulação de todas as dívidas, hipotecas, etc., dos camponeses aos grandes agrários, aos usurários e ao próprio Estado.

Por outro lado, o Estado deve fomentar a criação de cooperativas de produção e de consumo com o objectivo de defender os camponeses da exploração e assegurar-lhes facilidades de compra e venda. O Estado deve fornecer aos camponeses créditos a juro baixo e a longo prazo, gado, alfaias, sementes seleccionadas, assim como ajuda técnica.

Estas são as bases fundamentais da Reforma Agrária preconizada pelo Partido Comunista, a qual beneficiará as classes laboriosas do campo. Estamos certos de que a popularização destas bases abrirá novas e largas perspectivas aos camponeses. Eles compreenderão melhor o caminho do futuro e serão poderosos aliados na Unidade de acção na luta pela Paz e por uma vida melhor. Assim será realizada na prática a tese de Lenine e Stáline de nos apoiarmos nos assalariados agrícolas e nos camponeses médios e de estabelecermos a aliança com os camponeses médios.

Mas a Reforma Agrária só poderá ser realizada após o derrubamento do regime fascista e se a classe trabalhadora, por intermédio do seu Partido, tiver participação no poder. Lenine ensinou que «as reformas agrárias, quaisquer que sejam, só poderão ser eficazes e duradouras se o Estado se democratizar inteiramente». Daqui se conclui que as camadas laboriosas do campo, tal como a classe operária e as outras camadas da população laboriosa, estão interessadas no derrubamento de regime fascista e na instauração de um governo verdadeiramente democrático.

O salazarismo afirma que nós prometemos agora a terra aos camponeses mas que depois lhe tiraremos, impondo a colectivização. Para impedir que a dúvida penetre em alguns espíritos, devemos esclarecer desde já os camponeses.

Nós, os comunistas, não imporemos a colectivização da terra. Sobre esta questão inspiramo-nos nos sábios conselhos de Engels: «*Estamos verdadeiramente ao lado do pequeno camponês: faremos todo o possível por lhe tornar a vida mais suportável, para lhe facilitar a passagem à associação, se ele se decidir a isso; mas, no caso de ele não estar ainda em condições de tomar essa decisão, esforçar-nos-emos por lhe dar todo o tempo necessário para que possa reflectir nisto junto do seu pequeno pedaço de terra. Agiremos assim não somente porque consideramos possível a passagem para o nosso lado do pequeno camponês que trabalha por sua conta, mas também porque esse é o interesse do Partido. Quanto mais numerosos forem os camponeses que não deixarmos passar ao nível de proletários e que ganharmos para nós enquanto forem ainda pequenos camponeses, mais rápida e fácil será a transformação social.*»

Inspirados nesta sábia orientação, mostramos aos camponeses o caminho da colectivização, mas deixando-os escolher livremente o momento de tomar esse caminho, pois não temos qualquer dúvida de que o farão voluntariamente. Chegará a altura em que os próprios camponeses se aperceberão de que só é possível melhorar radicalmente a sua situação se se associarem para utilizar as máquinas e toda a técnica moderna de cultivo.

A União Soviética estabelece ainda hoje na sua Constituição: «*Paralelamente ao sistema socialista de economia, que é a forma dominante de economia*

na URSS, a lei admite as pequenas economias privadas individuais fundadas sobre o trabalho individual e excluindo a exploração do trabalho de outrem». Waldeck-Rochet, membro do Bureau Político do P.C. Francês, diz no seu folheto «O Partido Comunista e a propriedade camponesa» que 33 anos depois da Revolução ainda existiam na URSS pequenas explorações individuais mas que «na sua grande massa os camponeses soviéticos aderiram no entanto, voluntariamente, às cooperativas de produção porque compreenderam que a associação era o meio de conquistar uma vida melhor».

Todas as camadas laboriosas do campo serão benefi-

ciadas pela Reforma Agrária. Mesmo os médios proprietários ganharão com ela porque, embora não necessitem de mais terra, libertar-se-ão da exploração dos grandes agrários, exercida através dos grêmios com a protecção do salazarismo.

Ao mesmo tempo que orientarmos as lutas dos camponeses pelas suas reivindicações imediatas, devemos esclarecê-los sobre o que é a Reforma Agrária. Isso terá uma grande importância para lhes abrir novas janelas para o futuro e para os ligar ainda mais à luta pelo Pão, pela Paz, pela Terra, pela Democracia e pela Independência Nacional e portanto pelo derrubamento do regime fascista.

SAIBAMOS MOBILIZAR AS MASSAS PARA A LUTA PELA AMNISTIA E CONTRA A REPRESSÃO

por MARIA CLARA

A luta contra a repressão fascista reúne condições para mobilizar amplas massas em todos os sectores da população. A repressão, que se exerce ferozmente em todos os aspectos da vida portuguesa, cria um estado latente de revolta contra o regime. A luta contra ela, se for bem conduzida, mobilizará não só as pessoas que são directamente atingidas pela repressão e as que lhes estão ligadas, mas todos os trabalhadores e todos os homens, mulheres e jovens de coração, os quais não podem concordar com a onda de injustiça e de crueldade que se abate sobre o país.

A luta contra o Tarrafal, a luta pela hospitalização de Alvaro Cunhal e de Isaura Silva, a luta pela libertação de Guilherme Carvalho e outras, mostram a força que esta acção tem atingido já, obrigando o salazarismo a recuar em certos casos concretos de repressão. Mas a verdade é que ainda se não fez o trabalho amplo que é possível fazer para a mobilização das massas que obriga o salazarismo a um recuo geral. Ora os primeiros resultados da actual campanha pela Amnistia, iniciada na bela jornada democrática e de Unidade de 5 de Outubro de 1955, não deixam dúvidas, quer pelo volume, quer pela composição social das pessoas que assinaram, de que é geral o desejo do povo português de se opor à repressão fascista. Esses resultados mostram também que a luta pela Amnistia reúne condições para se transformar numa luta de massas verdadeiramente nacional. É sobre ela que deve incidir a principal atenção do Partido no aspecto da luta contra a repressão. É de salientar ainda que o texto do pedido de Amnistia entregue à Assembleia Nacional abrange não só os presos políticos, como geralmente se tem feito, mas todos os que tenham sofrido sanções por motivos políticos ou de opinião. Isto representa ao mesmo tempo a exigência de liberdade de pensamento.

Se os nossos camaradas se compenetrarem bem da importância, do carácter legal e das possibilidades desta luta, e trabalharem sem sectarismos, a luta pela Amnistia poderá alcançar uma envergadura nunca atingida por nenhuma campanha contra a repressão.

Em primeiro lugar, é preciso compreender bem, e mostrar, o carácter completamente legal desta luta. Dar-lhe alguma sombra de ilegalidade, abordar apenas os que já são conhecidos como anti-fascistas, temer abordar pessoas que não são da nossa intimidade e confiança, é limitar por nossas mãos esta luta de tão grandes perspectivas. Esta luta é legal não só porque utiliza métodos legais de acção como também porque corresponde ao sentimento da maioria das pessoas de todas as camadas da população, e a sua legalidade aparecerá mais clara aos olhos de todos à medida que novas massas forem mobilizadas. Devemos lançar-nos nela sem receios, com espírito largo, sem sectarismo, pois só assim podemos aproveitar todas as suas magníficas possibilidades. Eis um exemplo que mostra bem que um trabalho de massas amplo, aberto e audaz é possível e é o verdadeiro caminho:

Em determinada localidade foi abordado um camarada para recolher assinaturas para o pedido de Amnistia. O camarada alegou que não era possível uma recolha ampla, que as pessoas tinham receio, etc., etc.. Ao fim de certo tempo tinha recolhido

3 assinaturas. Pois bem. Um jovem, que não era da terra, lançou-se nessa tarefa e recolheu, na mesma localidade, para cima de 260 assinaturas das mais diversas pessoas. Como conseguiu isso? Conseguiu-o, recolhendo assinaturas de porta em porta e num café, junto de duas equipas de futebol, onde todos assinaram, incluindo o árbitro; conseguiu-o, falando de forma clara e serena às pessoas que abordou. Havia ou não havia possibilidades? Havia. O que aconteceu foi que o jovem, trabalhando sem receio e numa base ampla, sem sectarismo, soube aproveitar as possibilidades que existiam; ele compreendeu que quando se fala às massas numa forma aberta sobre uma causa justa elas não deixam de dar o seu apoio. Ao passo que o nosso camarada se fechou e atribuiu às massas os seus próprios receios.

Este exemplo mostra que há condições objectivas para a mobilização de massas e que o que às vezes falta é um bom trabalho para materializar essas possibilidades.

Há camaradas que não vêem que para se assinar um documento pedindo uma ampla Amnistia ou para se fazer parte de uma comissão pró-Amnistia não é preciso ser-se comunista, nem anti-fascista militante, nem sequer democrata. Basta ter-se coração e espírito de justiça. Devemos dirigir-nos a todos e recebermos as assinaturas de todos, desde os operários, camponeses, jovens e donas de casa até à M.P., ao clero, oficiais e autoridades, passando pelas classes médias e intelectualidade. Se, inclusivamente, um deputado ou um procurador à Câmara Corporativa estiver disposto a assinar, aceitemos essa assinatura.

Na luta pela Amnistia devemos, portanto, saber mobilizar todos os que desejam a Amnistia, mesmo que não desejem acompanhar-nos mais longe. Devemos saber pedir a cada um aquilo que ele pode dar, mesmo que seja pouco. Mas esse pouco não devemos hesitar em pedir. E, ao mesmo tempo, devemos esclarecer, esclarecer sempre, para que essas pessoas possam dar cada vez mais.

Como dissemos, a luta pela Amnistia é, dentro da luta contra a repressão, a mais larga e a mais geral e por isso a mais susceptível de abarcar amplas massas. Por isso deve merecer a nossa melhor atenção. Mas, a par dela, devemos conduzir enérgicamente a luta contra o terror, a luta pela libertação imediata de Alvaro Cunhal e dos camaradas e anti-salazaristas com as penas terminadas, contra as medidas de segurança, por um tratamento humano aos presos, etc.. A luta contra a repressão é um aspecto muito importante da luta contra o salazarismo e muitas vezes não lhe damos a atenção que ela merece. Não esqueçamos que a repressão é um instrumento essencial que o salazarismo utiliza para se manter no poder. Qualquer vitória neste campo, como a libertação de um preso, a salvação da vida de outro, etc., representa, além disso, novo reforço para o campo da luta anti-salazarista.

Dediquemos à luta contra a repressão e pela Amnistia mais tempo do que até hoje temos feito, na certeza de que, longe de prejudicarmos o trabalho, daremos uma boa contribuição à luta pelo derrubamento do fascismo salazarista.

As células de fábrica e de empresa

Do informe «Liguemo-nos às massas e venceremos a batalha da Paz e da Democracia» apresentado pelo camarada RAMIRO à IV.ª Reunião Ampliada do Comité Central

As células de fábrica e de empresa são a principal base de toda a organização do Partido, são a sua principal força. É para o trabalho do Partido nas fábricas e empresas industriais que os organizadores do Partido têm de concentrar todas as suas atenções, pois é nas fábricas e empresas que se encontra concentrado o proletariado industrial, a parte mais combativa da classe operária.

Nem sempre a importância do trabalho organizativo nas fábricas e empresas tem sido devidamente compreendida pelos quadros do Partido, pois da outra forma se não pode interpretar o facto do controle a células de importantes empresas ter sido entregue algumas vezes a elementos fracos e inexperientes de certos comités locais, ou, o que é bem pior, a elementos de outros organismos de base, como sucedeu em determinada localidade. As células de fábrica e de empresa são a principal força do Partido e a garantia da sua ligação estreita com as massas da classe operária e devem merecer, por isso, toda a atenção e a maior assistência política.

A vida política das células — Porém, a existência de células do Partido dentro das grandes fábricas e empresas só por si não basta, é preciso, é fundamental, que essas células tenham vida política, que estejam ligadas às massas.

Uma célula de empresa ou de fábrica que não discute a fundo a situação dos trabalhadores dentro dessa empresa ou fábrica e que não estabelece planos de acção para a solução imediata dos problemas dos trabalhadores dessa empresa (salários, despedimentos, castigos, horários, serviços assistenciais das Caixas de Previdência, férias, etc.) e que não organiza a luta pela paz dentro da empresa ou fábrica, é um organismo politicamente morto, não tem poder de mobilização sobre as massas. É fundamental que as células de fábrica e de empresa auscultem as aspirações mais sentidas pelas massas trabalhadoras, *as agitem depois largamente entre elas e lhes apontem um caminho concreto e seguro para a luta imediata para a sua satisfação*, devendo ser os comunistas os organizadores e combatentes de vanguarda nessa luta, pois que os comunistas não devem lecionar os movimentos de massas, mas, pelo contrário, fomentá-los e marchar na sua vanguarda, não como comunistas, mas sim como elementos mais conscientes e mais combativos.

A condução justa das lutas reivindicativas e pela Paz dentro das fábricas e empresas implica uma ligação estreita dos militantes do Partido com a sua classe, de forma a despertar nela confiança no resultado da luta, na força da sua unidade, e poder encaminhar de forma justa essa luta. Este simples enunciado mostra que são verdadeiros pesos mortos dentro das células do Partido aqueles camaradas que não têm elementos da sua classe ligados a si e que não exercem qualquer influência política nos seus companheiros de trabalho, passando despercebidos entre os demais operários, confundindo muitas vezes a sua acção dentro da empresa e junto da classe com a dos elementos mais atrasados que lá se encontram.

A condução justa das grandes e pequenas lutas reivindicativas implica um trabalho prévio de agitação, entre toda a massa operária, dos problemas, e de mobilização da classe para a luta pela solução desses problemas. O facto de alguns funcionários terem redigido exposições reivindicativas, não como o resultado dos debates travados pela massa dos trabalhadores de empresa quanto às reivindicações e apresentar ao patronato, mas sim como ponto de partida para essa mobilização, aparecendo depois os nossos camaradas das células dentro das empresas a dar e ler aos operários essas exposições (que os outros vêem logo não terem sido redigidos por eles), não é um caminho justo de mobilização da classe e oferece perigos conspirativos. A luta tem de partir de baixo para cima e não de cima para

baixo, as exposições reivindicativas têm de aparecer como resultado de uma agitação e de uma mobilização da classe e não como o ponto de partida para essa agitação e mobilização, embora também possam e devam ter esse efeito, quando a luta está já em curso.

Não se pode admitir a existência de células de fábrica ou de empresa sem que nessas fábricas ou empresas os nossos camaradas tenham sabido levar os trabalhadores a organizarem as Comissões de Unidade (geral ou de secção), Comissões de Paz, de trabalhadores do M.N.D., do M.U.D. Juvenil, etc., que lutem pelas suas reivindicações próprias, pela Paz e pela Democracia.

Se as células de fábrica e de empresa têm vida política, se discutem os problemas vivos dos trabalhadores, se auscultam a sentir das massas, naturalmente que esse trabalho terão de resultar tarefas imediatas de agitação e de mobilização da classe, que visem à constituição imediata de Comissões de Unidade para encabeçarem a luta e actuarem junto do patronato. As comissões de Unidade não podem ser fabricadas a martelo, não devem surgir de improviso entre os trabalhadores como se tivessem caído do céu em parâ-quedas, mas devem sim ser eleitas pelos próprios trabalhadores e contarem com o apoio destes, base de toda a sua força e poder operativo.

Se as células do Partido têm vida política, terão que decorrer da própria discussão tarefas concretas quanto à luta em defesa da Paz e pela Democracia. Se a célula está ligada às massas, se agita e mobiliza as massas dentro da fábrica ou da empresa, não lhe será nada difícil encontrar entre os trabalhadores dessa fábrica ou empresa elementos honrados dispostos a organizarem-se em Comissões de Paz ou em Comissões de trabalhadores do M.N.D., de Assistência, etc..

Uma das tarefas mais prementes para todas as células de fábrica ou de empresa é a constituição imediata de Comissões de Paz, lá onde ainda não existem, e o desencadeamento da luta pela Paz dentro dessas fábricas e empresas, atraindo a essa luta o maior número possível de trabalhadores sem-partido, fazendo aí a recolha de assinaturas, difundindo documentos, fazendo inscrições, etc..

Para que muitas células do Partido vivam encerradas na concha do seu sectarismo feroz e completamente isoladas das massas, muito tem contribuído a presença dentro delas de certos «veteranos», de elementos a quem o medo da repressão fascista venceu de tal forma que são hoje autênticos travões às lutas de massas e propagandistas activos de concepções derrotistas, de elementos oportunistas que escondem o medo que os domina tomando atitudes de falsa superioridade perante a sua classe e caluniando esta. Estes elementos, que não querem deixar cair na lama, desertando ostensivamente da luta, os «louros» conquistados noutros tempos mais fáceis com alguns actos positivos em defesa da sua classe, são hoje obstáculos perigosos para a marcha do Partido em certos sectores e deverão baixar para a categoria de simples simpatizantes se persistirem nas suas posições oportunistas. Não se compreende, por exemplo, que possam continuar a ser considerados como membros do Partido elementos como os de certo centro industrial importante onde, depois de esclarecidos, alguns deles se recusaram, mesmo assim, a assinar as listas de Paz e a organizarem Comissões de Paz. Estes elementos são neste momento, caso ainda estejam nas fileiras do Partido alguns deles, autênticos travões à materialização da sua linha política e menosprezam os belos e heróicos exemplos dos seus camaradas na luta pela Paz e pela Democracia.

É preferível termos menos gente nas células do Partido das fábricas e empresas, mas gente mais combativa e mais ligada às massas.

Da elevação do número de células de fábrica e de empresa e da melhoria do trabalho em muitas das existentes depende a ligação mais estreita do Partido com as massas trabalhadoras, a sua capacidade para conduzir o proletariado português para formas superiores

de luta, dependendo o reforçamento da Unidade do povo português na luta pelo pão, pela terra, pela paz e pela democracia e novas e substanciais vitórias contra o fascismo e a reacção imperialista.

A LUTA DOS TRABALHADORES DOS PAÍSES CAPITALISTAS PELAS SUAS REIVINDICAÇÕES IMEDIATAS

(Artigo do jornal «PAIX ET DÉMOCRATIE» de 14 de Outubro de 1955)

Nunca ainda, o papel das massas populares, factor decisivo do desenvolvimento histórico, tinha sido tão grande como na nossa época. As massas populares, e em primeiro lugar a classe operária, tomam cada vez mais a consciência do seu papel e da sua importância na vida económica e política do seu país e no desenvolvimento social. Os trabalhadores dos países capitalistas melhoraram a sua organização e intensificam a luta pelos seus interesses fundamentais, pelos seus interesses vitais.

Esta justa luta é um fenómeno lógico e inevitável nas condições da sociedade capitalista minada pelas mais profundas contradições sociais. A realidade contemporânea confirma, com eloquência as palavras do grande Lênine: «A riqueza cresce na sociedade capitalista com uma rapidez incrível, paralelamente ao empobrecimento das massas operárias».

Efectivamente, ao mesmo tempo que os lucros dos monopolistas aumentam sem descanso e sem medida, a situação dos trabalhadores dos países capitalistas agrava-se de ano para ano. Assim, na Itália e na França, o salário real dos trabalhadores desceu para metade do que era antes da guerra, no Japão para menos de metade. O salário real desceu ainda mais no Brasil, no Chile, na Argentina e numa série de outros países. Na sua corrida aos lucros, os monopolistas procedem àquilo a que se chama «racionalização da produção», «aperfeiçoam» o sistema dos ritmos infernais, obrigam os trabalhadores a aumentar até ao último limite a intensidade do trabalho. A sua ofensiva contra os interesses vitais dos trabalhadores acentua-se.

É completamente natural que a classe operária não possa aceitar isto. Ela desenvolve cada vez mais largamente a luta pela defesa dos seus interesses vitais, pela satisfação das suas reivindicações imediatas. Os operários exigem o aumento dos salários, a cessação dos despedimentos em massa, o aumento dos subsídios de desemprego, o melhoramento das condições de trabalho, a liquidação dos ritmos infernais e da discriminação na retribuição do trabalho das mulheres e dos jovens.

Na França, os metalúrgicos, os operários das construções mecânicas, da têxtil, da construção civil, desenvolvem cada vez mais largamente a luta pelo aumento de salários, pela melhoria das condições de vida e de trabalho.

Na Inglaterra, segundo as cifras do Ministério do Trabalho, o número dos operários que fizeram greve no decorrer do primeiro semestre deste ano foi mais do dobro em comparação com o semestre correspondente do ano passado. No decorrer do primeiro semestre deste ano, o número de greves foi o mais importante dos dez últimos anos. Neste momento, cerca de 7 milhões de operários dos principais ramos da indústria britânica exigem aumento de salários.

As greves sucedem-se na Itália, na Alemanha Ocidental, no Japão, nos Estados Unidos e noutros países.

A classe operária dos países coloniais e dependentes intensifica a luta pelos seus direitos vitais, pela liberdade e independência nacional. O movimento grevista tomou uma grande amplitude nos países da América Latina, e sobretudo no Chile, onde, só em julho passado, mais de um milhão e 200 mil trabalhadores abandonaram o trabalho.

A poderosa amplitude da luta grevista mostra a vontade inflexível da classe operária de defender os seus interesses vitais, o crescimento da sua solidariedade de classe e a sua resolução de opor a força invencível

da unidade fraternal e da coesão proletária à ofensiva dos monopolistas.

A ideia da unidade de acção é cada vez mais popular entre as mais largas camadas da classe operária. No decorrer das greves, os operários convencem-se cada vez mais de que a sua luta só dá os seus frutos quando eles actuam na unidade, quando a coesão de combate e a solidariedade dos trabalhadores se manifestam em toda a sua força. Em numerosas empresas criam-se comités de unidade de acção e os diversos sindicatos (em França, C.G.T., Força Operária, CFTC; na Itália, CGIL e sindicatos cristãos; etc.) conduzem acções comuns. A unidade e a coesão dos operários nas empresas são o meio mais importante para conquistar a vitória.

A vitória dos metalúrgicos franceses de Saint-Nazaire, que obtiveram um aumento por hora de aproximadamente 22%, é muito significativo. Os trabalhadores de Saint-Nazaire venceram porque lutaram firmemente, porque se uniram à volta de uma palavra de ordem única, porque criaram a unidade pela base, o que garantiu o acordo entre as direcções das organizações dos diversos sindicatos.

A experiência da luta vitoriosa dos metalúrgicos de Saint-Nazaire, dos trabalhadores do porto de Génova e numerosos outros exemplos confirmam uma vez mais que a força da classe operária está na sua unidade, que a unidade dos trabalhadores pertencentes a diversas tendências políticas e sindicais é perfeitamente possível, que ela se realiza na luta por objectivos concretos, claros e determinados e, em primeiro lugar, na luta na empresa.

Precurando quebrar o movimento de greve, os círculos governantes dos países capitalistas tomam medidas de repressão contra os grevistas e esforçam-se por quebrar a unidade de acção dos trabalhadores na sua luta pelo pão, a liberdade e a paz. Os patrões e os dirigentes reaccionários de certos sindicatos tentam convencer os operários do absurdo de lutar por aumento de salários, pois este é seguido inevitavelmente, segundo eles, duma elevação dos preços, da inflação. O carácter anti-científico destas «especulações» foi brilhantemente denunciado já por Karl Marx que mostrou que aumentar os salários dos trabalhadores reduzindo os lucros dos patrões não pode de maneira nenhuma repercutir-se sobre o preço das mercadorias.

A classe operária é a classe mais avançada da sociedade contemporânea. Ela compreende cada vez mais profundamente que só pela luta perseverante poderá obter a melhoria da sua situação material, a satisfação das suas reivindicações imediatas. Lutando pelo melhoramento das suas condições de vida, ensina-se Lênine, a classe operária eleva-se ao mesmo tempo moralmente, intelectualmente e politicamente e alcança mais facilmente os seus grandes objectivos de libertação.

Uma outra característica da luta da classe operária pelas suas reivindicações imediatas no período actual, é a ligação orgânica com a luta de todos os trabalhadores pela paz, pelo desarmamento internacional, porque só uma política de paz e a cessação da corrida aos armamentos podem ter um efeito favorável sobre a situação dos trabalhadores.

No decorrer das suas acções de massas, os trabalhadores dos países do capital exigem cada vez mais frequentemente a aplicação de uma política de Paz e de desenvolvimento das relações económicas e culturais com

todos os países, independentemente do seu regime social e de Estado. Na luta pela Paz e pela independência nacional, pelo pão e pelas liberdades democráticas, forja-se a aliança da classe operária com os camponeses, cria-se a frente popular unida cuja força decisiva é a classe operária. Eis porque a unidade de acção da classe operária é a pedra angular da união das forças patrióticas e progressistas em cada país.

Nas condições actuais, quando reais possibilidades apareceram para um entendimento entre os Estados de regimes sociais diferentes, e para a liquidação da «guerra fria», é indispensável intensificar a luta pelo reforçamento da unidade de todos os operários organizados nos sindicatos. Só os divisionistas, os inimigos da classe operária, os inimigos da Paz têm interesse em que a «guerra fria» prossiga entre os sindicatos membros, de um lado da Federação Sindical Mundial e, do outro lado, da Confederação Internacional dos Sindicatos Livres e da Confederação Internacional dos Sindicatos Cristãos.

Os partidos comunistas e operários, defensores ple-

namente consequentes e intérpretes dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, consideram a luta pelas necessidades imediatas destes como uma tarefa sua. Eles explicam aos trabalhadores a impossibilidade de melhorarem as suas condições de vida e de trabalho sem uma luta firme. Eles concedem uma atenção particular à realização da unidade de acção entre todos os trabalhadores: comunistas, socialistas, católicos. Não se pode conquistar o sucesso na luta pela unidade senão eliminando resolutamente as manifestações de sectarismo, senão realizando um trabalho paciente e perseverante entre todas as camadas da classe operária, entre todas as camadas dos trabalhadores.

A classe operária é o verdadeiro guia de todos os trabalhadores e explorados, a única classe da história capaz de conduzir à vitória as massas trabalhadoras que representam a maioria esmagadora da sociedade. A luta da classe operária pelos interesses vitais dos trabalhadores é uma luta justa. É na luta e somente na luta que a classe operária pode salvaguardar os seus interesses e obter a satisfação das suas reivindicações imediatas.

EXTRACTO DA INTERVENÇÃO DO CAMARADA KRUTCHOV

No encontro dos camaradas Krutchov e Bulgánine com os deputados do Parlamento da Índia, membros da Associação Parlamentar para o desenvolvimento da língua hîndi, a 13 de Dezembro de 1955, durante a sua viagem à Índia.

Os jornalistas ingleses e americanos julgam-nos rigorosamente, a N. Bulgánine e a mim, por causa das nossas intervenções no vosso país e na Birmânia contra o regime colonial. Mas não têm razão. Eu penso que não há nada, nas nossas intervenções contra o colonialismo, que possa atirar os povos uns contra os outros. É preciso compreendê-las como intervenções, contra a pilhagem colonial e a ordem colonial. Se tais intervenções não agradam a alguns, isso é uma questão que respeita a sua consciência, mas nós, seja como for, diremos sempre e por toda a parte que somos adversários do colonialismo.

Nós não queremos indispor ninguém com os Estados Unidos da América e com a Inglaterra nem temos a intenção de nos indispor com eles. A União Soviética quer viver em amizade com estes países. Mas isto não quer dizer que devamos esconder a verdade e não dizer a ninguém, inclusive aos defensores do regime colonial, senão o que lhes for agradável. Como poderíamos dizer que a dominação secular dos ingleses na Índia foi útil ao povo indiano? A nossa língua nem se moveria mesmo para o dizer. Seria um crime falar assim.

Nós falamos do colonialismo como de um facto histórico. Admiro-me como as nossas intervenções contra o colonialismo, em particular contra a manutenção da dominação colonial de Portugal em Goa e nas outras possessões portuguesas situadas no território indiano, tenham incitado certos homens de Estado dos Estados Unidos a tomar a defesa dos colonialistas portugueses, pretextando que essas possessões se encontram nas suas mãos há perto de 400 anos. Qualquer que seja o número dos anos que possam decorrer, o que foi roubado continua roubado e deve ser entregue àquele a quem pertence de direito. O bem de quem deve ser entregue e ainda com juros. Com a condição de se ser honesto, evidentemente. (Vivos aplausos).

Queria ainda deter-me noutra questão. Se não me enganar, a população da República da Índia compreende 370 milhões de homens. Assim, depois da China, a Índia é o maior país do mundo do ponto de vista demográfico. Isto significa que a Índia é um dos mais poderosos Estados do mundo. (Aplau-

so). A literatura e a arte do povo indiano são de um nível muito elevado. A Índia é um dos centros mais antigos da civilização mundial. O talento do povo indiano e o nível da sua cultura reflectem-se em numerosos monumentos históricos que se podem encontrar em cada região da Índia. Muitas destas construções foram criadas há muitos milhares de anos. Tudo isto mostra a grandeza da Índia e do seu povo. No entanto, a Índia não é ainda considerada oficialmente como uma grande potência do mundo. Consideram-se geralmente como grandes países a União Soviética, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França e a China. Alguns políticos ocidentais queriam mesmo privar a China dos direitos de grande potência. E quando falam da China, por muito risível que isto seja, subentendem geralmente a clique de Tchong-Kai-Chek, entrincheirada na ilha de Taiwan. Assim, cinco países são considerados como grandes potências. Mas, se se examinam objectivamente as coisas, coloca-se involuntariamente a pergunta: por que não é a Índia considerada um grande país? Isto é assim sem dúvida, porque os imperialistas querem humilhar o vosso Estado, humilhar o vosso povo. Reconhecer a Índia como grande potência significa para eles mudar de atitude. Mas nós consideramos que ela é uma grande potência e que um dos primeiros lugares entre os grandes Estados do mundo lhe deve pertencer. (Vivos aplausos).

Queria ainda dizer uma coisa. Alguns acusam-nos, a N. Bulgánine e a mim, de opor o Oriente ao Ocidente. É, evidentemente, uma grosseira invenção. O nosso país representa não só a Europa como a Ásia. Temos sido e somos contra toda a oposição dum parte do mundo a outra, somos contra a dominação de um continente por outro. (Aplausos).

Queremos que todos os povos sejam independentes e se desenvolvam como eles próprios entendam, que desenvolvam em todos os domínios a sua economia e a sua cultura, que vivam em paz e amizade. (Aplausos).

Desejamos-vos o sucesso. Por nosso lado, tudo faremos para que a amizade entre os nossos povos, entre os nossos países, se reforce e floresça. (Vivos aplausos).